



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

RECURSO DE AGRAVO Nº 0154835-6/01

RECORRENTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

RECORRIDO: ELCIO DA SILVA VAZ

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

EMENTA - PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER. REINTEGRAÇÃO DE CARGO. AÇÃO CAUTELAR DE PRETENSÃO SATISFATIVA IMPOSSIBILIDADE DE PROSPERAR POR INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. ENTENDIMENTO PACIFICADO NA JURISPRUDÊNCIA DAS CORTES SUPERIORES. PRECEDENTES UNÂNIMES NOS TRIBUNAIS. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.

- 1- Constata-se a interposição de recurso contra decisão terminativa em sede de ação cautelar, negando seguimento por confronto a jurisprudência da Corte Superior. As razões apresentadas não compuseram o convencimento desta Relatoria para modificação ao deliberado na peça já analisada.
- 2- Ação Ordinária já sentenciada determinando a reintegração do autor ao cargo correlato à época do seu afastamento, inclusive com a restauração imediata dos valores pertinentes à atividade laborativa.
- 3- Não havendo fato novo relevante, a simples rediscussão da matéria, sobretudo do conteúdo da sentença da Ação Ordinária no âmbito da Ação Cautelar foge a alçada do recurso intentado, a jurisprudência é uníssona não albergando a recorribilidade das decisões já analisadas em peças anteriores, manifestam-se neste sentido tanto o Tribunal local como os Tribunais Superiores.
- 4- Recurso de agravo conhecido e **IMPROVIDO** à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo nº 0154835-6/01, figurando como recorrente o **ESTADO DE PERNAMBUCO** e como recorrido **ELCIO DA SILVA VAZ**; acordam os Desembargadores que compõem a SÉTIMA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao presente recurso de agravo, tudo conforme o relatório, votos e notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 15/12/2017

DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Relator / Presidente -

1974



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

RECURSO DE AGRAVO Nº 0154835-6/01
RECORRENTE: ESTADO DE PERNAMBUCO
RECORRIDO: ELCIO DA SILVA VAZ
RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

O Estado de Pernambuco, devidamente qualificado, ingressou com o presente recurso de agravo (fls. 02/04) em oposição à decisão terminativa extraída da Ação Cautelar que, negando-lhe seguimento, face a sua consonância com o entendimento dominante da Corte Superior de Justiça, mantendo *in totum* a sentença da Ação Ordinária de Obrigação de Fazer, frise-se, já julgada, desde 09.12.1999 (fls.38/40 da Ação de Reintegração de Cargo nº 001.1999.002892-6) reconhecendo o direito do autor.

A rigor, o Estado reitera em sua essência, os mesmos argumentos contidos no recurso anteriormente julgado, contendo sumariamente, através do provimento cautelar à impossibilidade de concessão de liminar ou de execução provisória que determine a concessão ou aumento de vantagens.

Em seu pedido final, solicita a suspensividade do cumprimento da obrigação até o julgamento do apelo.

É o relatório.

Recife, 15/12/91


DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Relator -



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

RECURSO DE AGRAVO Nº 0154835-6/01
RECORRENTE: ESTADO DE PERNAMBUCO
RECORRIDO: ELCIO DA SILVA VAZ
RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

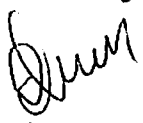
VOTO

Cuida-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão terminativa que em sede de Ação Cautelar, negando-lhe seguimento pelo seu confronto com o entendimento prevalecente no Tribunal Superior.

Por meio da via recursal eleita, almeja a suspensão/reforma do provimento atacado ou o seu julgamento pelo colegiado.

O presente recurso encontra-se com os requisitos legais e foi interposto tempestivamente.

Narra o recorrente na sua peça em análise as mesmas ilações exaradas na Ação Cautelar, sobre a imposição do efeito suspensivo à Ação Cautelar interposta face a sentença condenando o Estado à obrigação de reintegrar o recorrido ao serviço público no cargo pertinente à época da demissão.

 Para atribuir efeito suspensivo ao recurso é mister que estejam presentes o perigo de lesão grave ou de difícil reparação, além da relevância na fundamentação, consoante se extrai da exegese dos artigos 527, III c/c artigo 558, *caput* do CPC. Tenho que o receio de dano irreparável não resta evidenciado, também não vislumbro a possibilidade de ocorrência do chamado dano inverso, não vislumbrando ainda a relevância da fundamentação, vez que não trouxe convencimento na sua peça recursal nenhum argumento suficiente para modificação por esta Relatoria do provimento anterior, deste modo, não restando preenchidos os requisitos do artigo 558, *caput* do CPC vigente, não há que ser concedida a suspensão pleiteada.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

Destaque-se na essência o recurso, não apresenta fato novo, mas, transcorre na rediscussão e inconformismo dos fundamentos já avaliados, inoportuno nesta via eleita, onde, pinge-se como já explanado na peça anterior, o objeto da Medida Cautelar embaraça-se com o pedido principal da Ação Ordinária, havendo na realidade a mera rediscussão do conteúdo da sentença em sede acautelatória o que contraria a norma processual civil.

Colaciono o teor do acórdão a seguir com entendimento na mesma vertente, sobre a impossibilidade de rediscussão da matéria com a repetição dos fatos e fundamentos:

"EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO MONOCRÁTICA TERMINATIVA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO APELO. «RECURSO» DE «AGRAVO». MERA REPETIÇÃO DE ARGUMENTOS DANTES VENTILADOS NA PRIMEIRA PEÇA RECURSAL. PRETENSÃO DE REDISCUTIR OS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. IMPOSSIBILIDADE. ART. 512, CPC. DECISÃO TERMINATIVA PAUTADA EM JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE. «AGRAVO» LEGAL REJEITADO À UNANIMIDADE DE VOTOS. Uma vez que a decisão monocrática terminativa proferida neste juízo 'ad quem' substituiu, nos termos do art. 512, CPC, a sentença emanada naquele juízo de 1º grau, resta naturalmente prejudicado o exame de preliminar voltada à «rediscussão» da sentença. No mérito, a mera irresignação do recorrente, demonstrada na simples repetição dos termos e fundamentos já constantes em sua peça de apelo, sem qualquer referência a fato novo relevante, não tem o condão de modificar o julgado combatido, inclusive porque referendado pela jurisprudência dominante de nossos Tribunais sobre a «matéria», não sendo demais ressaltar, por outro lado, o caráter inusitado e inovador da pretensão meritória formulada neste «recurso». «Agravo» legal que se nega provimento à unanimidade de votos". (grifos acrescidos)

(Recurso de Agravo nº 154179-3/01. Rel. Des. LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO. Órgão Julgador: 7ª Câmara Cível TJPE. Data do Julgamento 27.11.07 Publicação nº 227)


À par disso, o recurso em tela não merece acolhimento, tendo em vista a latente rediscussão da matéria, já esgotada na Ação Cautelar anteriormente ajuizada, cuja análise foi-lhe negado seguimento.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

Posto isso, **VOTO** pelo não provimento do presente recurso de agravo, mantendo incólume à decisão terminativa prolatada nos autos da Ação Cautelar nº 0154835-6/01.

Recife, 15/12/99


DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Relator -